

## Na PF, generais divergem sobre reunião golpista

Ex-comandante do Exército e oficial citado por Cid dão versões diferentes para encontro com Bolsonaro. Freire Gomes diz que apenas autorizou ida de Estevam Theophilo, que relatou ter recebido uma ordem do então chefe da Força

MARIANA MUNIZ  
matéria em 09/03/2024 às 14h12

O ex-comandante do Exército Marco Antônio Freire Gomes e o general Estevam Theophilo divergiram em depoimentos à Polícia Federal a respeito de uma reunião convocada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para tratar de uma suposta trama golpista. De acordo com pessoas que acompanham as investigações, Freire Gomes disse aos investigadores que apenas autorizou a ida do oficial ao encontro. Já em otiva anterior, Theophilo havia afirmado, segundo a coluna do GLOBO, que recebera uma ordem do então comandante para comparecer ao Palácio da Alvorada após o chamado do então presidente.

De acordo com a PF, Theophilo integra o "núcleo de oficiais de alta patente" que atuou a favor da tentativa de golpe. Na ocasião, ele estava frente do Comando de Operações Terrestres (Coter). "No dia 09.12.2022, Estevam Theophilo se reuniu com o então Presidente Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada, de acordo com os diálogos en-

contrados no celular de Mauro Cid, teria consentido com a adesão ao Golpe de Estado desde o que presidente assinasse a medida", afirmou a PF em relatório.

De acordo com a investigação, ele seria o "responsável operacional pelo emprego da tropa caso a medida de intervenção se concretizasse".

### CHAMADO DE BOLSONARO

Freire Gomes teria relatado à PF que permitiu a ida de Theophilo ao Alvorada, visto que havia uma convocação por parte de Bolsonaro. No depoimento, o ex-comandante do Exército teria alegado que, por uma questão hierárquica, não havia como impedi-lo de ir. Desta forma, autorizou a presença de Theophilo e orientou a tratar apenas de suas atribuições, contanto pessoas com acesso às investigações.

O aviso de que Bolsonaro estava requisitando a presença de Theophilo na reunião foi passado a Theophilo por Mauro Cid, segundo a PF.

Em depoimento que durou mais de sete horas na semana passada, Freire Gomes também disse que se opôs aos planos golpistas e, segundo a coluna do GLOBO, afirmou que Bolso-



Oficial. General Freire Gomes foi comandante do Exército



Aparição. Estevam Theophilo ter a aderido ao golpe, diz PF

naro apresentou a ele e aos outros comandantes das Forças Armadas duas versões da minuta golpista.

Um novo depoimento de Mauro Cid à PF vai acontecer nesta semana. O ex-chefe da Ajudância de Ordens de Bolsonaro deve ser instado a dar mais detalhes sobre o papel do ex-presidente na

trama que, segundo os investigadores, visava a mantê-lo no poder e impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Cid também deve ser questionado se Bolsonaro orientou a manutenção de acampamentos montados em frente aos quartéis que pediam uma "intervenção mili-

tar". O ex-presidente nega que tenha atuado contra a democracia.

### NOVOSECLARECIMENTOS

O novo depoimento ocorrerá logo após o do general Freire Gomes, que respondeu a mais de 250 perguntas dos investigadores na sexta-feira passada. Segundo pessoas a par da investigação, o general confirmou que Bolsonaro convocou uma reunião no dia 7 de dezembro de 2022 no Palácio da Alvorada para discutir detalhes sobre uma minuta que previa a realização de novas eleições e a prisão do ministro do STF Alexandre de Moraes.

Mensagens obtidas no celular de Cid mostram que ele chegou a discutir o suposto plano com o então comandante do Exército.

"E hoje ele mexeu naquele decreto, né. Ele reduziu bastante e fez algo muito mais direto, objetivo, curto e limitado", disse o militar a Freire Gomes, em 9 de dezembro, dois dias depois da reunião de Bolsonaro com os militares no Palácio da Alvorada.

## Moraes manda soltar coronel investigado por golpe de Estado

Militar, que envolveu tropa especial Exército na trama, foi preso ao voltar dos EUA

PAOLA SERRA  
paola.serra@globo.com.br

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liberdade provisória ao coronel do Exército Bernardo Romão Corrêa Neto. O militar estava nos Estados Unidos quando foi delatado a operação Tempus Veritatis da Polícia Federal que investigava por suposta participação na

organização criminosa que planejava um golpe de Estado. Ao voltar ao Brasil, em 11 de fevereiro, ele foi preso.

Corrêa Neto foi solto com imposição de medidas cautelares não-divulgadas pelo STF, já que o caso corre sob sigilo. Ele é apontado pela PF como o organizador de uma reunião de oficiais da Força Especial do Exército para discutir a trama golpista em 28 de novembro de 2022, quase um mês

após o segundo turno das eleições presidenciais. Na época, o coronel era assistente do Comando Militar do Sul e apontado como homem de confiança do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), ambos também alvos da apuração.

Ao pedir a sua prisão, determinada por Moraes, a PF indicou que diálogos encontrados no celular de Cid demonstram



Coronel. Bernardo Romão Corrêa Neto: liberdade sob medidas cautelares

que Corrêa Neto selecionou para a referida reunião apenas os militares formados no curso de Forças Especiais (os chamados Kids Pretos), e que o fato "demonstra planejamento

reá Neto "nas medidas direcionadas à disseminação de notícias falsas por integrantes das Forças Armadas em associação com outros membros do grupo criminoso para desacreditar o processo eleitoral".

Moraes disse, ainda, que a apuração demonstra que o coronel acompanhava "o desenrolar das providências que criavam ambiente favorável ao golpe de Estado, assim como a efetivação das medidas práticas relacionadas com aqueles propósitos", como o caso da circulação de "cartão comandante do Exército de oficiais superiores da ativa do Exército brasileiro". O documento, ressaltou Moraes, foi escrito para pressionar o então comandante do Exército, Freire Gomes.

## Ministros votam para absolver morador de rua pelo 8/1

Moraes e Zanin acabaram parecer da PGR que afirma não haver provas contra o réu, que pode virar o primeiro a ser inocentado pelos ataques

DANIEL GULLINO E PAOLA SERRA  
daniel.gullino@globo.com.br

O ministro Alexandre de Moraes votou pela absolvição de um morador de rua acusado de participar dos atos antidemocráticos de 8

de janeiro. Caso o parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) seguido por Moraes seja também adotado pelos demais magistrados, Geraldo Filipe da Silva será o primeiro réu a ser absolvido de todas as acusações.

"Na presente ação penal, entretanto, não existe qualquer elemento probatório que possa — sem dúvida razoável — comprovar o elemento subjetivo do tipo — dolo — para a prática dos crimes imputados pela Procuradoria-Geral da República", escreveu Moraes. Silva passou quase 11 meses preso preventivamente, mas foi solto no fim de novembro por Moraes, atendendo a um parecer da PGR. Na mesma petição, o subprocurador-geral da República Carlos Frederico dos Santos, que coordenava as investiga-

ções das invasões e depredações às sedes dos três Poderes, defendeu a absolvição.

Para Santos, "não há provas de que o denunciado tenha integrado a associação criminosa, seja se amotinando no acampamento erguido nas imediações do QG do Exército, seja de outro modo contribuindo para a execução ou incitação dos crimes e arrematamento de pessoas".

Um policial militar que participou da prisão de Silva afirmou que ele foi hostilizado pelos outros manifestantes, porque foi apontado como responsável por atear fogo em uma viatura da polícia. Entretanto, a PGR afirmou, com base em um vídeo do momento, que outra pessoa fez o ataque ao veículo.

"O denunciado foi autuado nas proximidades do Congresso Nacional quando era agredido por outras

pessoas, integrantes da turba golpista, conforme declarações da testemunha", escreveu a PGR.

Em depoimento, durante a instrução da ação penal, Silva contou que ficou cerca de dois meses morando na rua e que, antes de começar a manifestação, estava no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), órgão do governo do Dis-

trito Federal, e que foi à Esplanada "ver o que estava acontecendo".

Quando eu saí do Pop, a janta lá era às 16h, eu vi a manifestação, aqueles helicópteros, e desci até a Esplanada para ver o que estava acontecendo — afirmou, acrescentando que foi pressionado pelos manifestantes por estar "desacreditado", de roupa preta. — Após chegar nesse local, manifestantes me chamaram de infiltrado, queriam me bater. Os policiais apenas efetuaram a prisão e eu fui conduzido à delegacia.

O réu contou que não votou na última eleição porque seu título está irregular e negou que seja apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Ontem, Moraes também votou para condenar mais 14 pessoas pela participação nos atos golpistas, propondo penas que vão de 11 a 17 anos de prisão. Até agora, todos os 116 réus julgados por esses crimes foram condenados.



Coronel. Moraes é relator do inquérito do 8/1 no Supremo

**Carolina Joias**  
COMPRO JOIAS EM OURO  
OURO - JOIAS ANTIGAS - PRATA - BRILHANTES - RELOGIOS DE OURO  
PLATINA - MARFIM - MOIRAS EM GERAL - ANTEQUIDADES - QUADROS  
ESCULTURAS - OBRAS DE ARTE - PRATA  
(VENDA, CONSERTO, FABRICAÇÃO DE JOIAS EM GERAL)  
BOUTIQUE SÓLIDA NA AVENIDA BRASIL  
COM CREDIBILIDADE HÁ 30 ANOS NO MERCADO  
"NÃO VENDA ANTES DE NOS CONSULTAR"  
CURSO OFICINA  
"PAGO NA HORA"  
"ATENDIMENTO EM DOMICÍLIO"  
Shopping Cidade Copacabana - Copacabana  
Rua Figueiredo da Magalhães, 388 / Térreo - Loja 82  
Shopping Casino Atlântico - Copacabana  
Rua Francisco de Sá, 20 - Térreo - Loja 8, 117 e 124  
carolinajoias@oi.com.br | www.carolinajoias.com.br  
90959-7801 | 97946-2930 | 3988-3985 | 2235-8289

116

réus já foram condenados  
Penas para os criminosos que participaram dos atos de janeiro no DF vão de 11 a 17 anos de prisão

RENO CARVALHO/10-2023